

BOLETIM 1471

Brasília (DF), 02 de outubro de 2026

**Em 4/10, vamos votar
para o Brasil não
retroceder e continuar
seguinto em frente!!!**

No próximo domingo, 4 de outubro, milhões de brasileiros voltarão às urnas em uma demonstração da vitalidade de uma das maiores democracias do mundo, em que pese as imperfeições de nossos sistema eleitoral.



Nesta hora, é preciso uma palavra sobre a importância do voto e da escolha recair sobre os que têm compromisso com a sociedade, especialmente com os nossos trabalhadores.

Deputados federais, estaduais, senadores, governadores e presidente da República devem ser escolhidos pelos eleitores com um olhar muito atento para cada candidato, sua trajetória e sua atitude prática em relação aos temas que mais interessam à maioria da população.

Os trabalhadores e o movimento sindical brasileiro, em todas as instâncias, na última década, foram vítimas dos ataques mais violentos em seus direitos e em sua existência.

A chamada “reforma” trabalhista do governo Temer representou o mais duro golpe nas conquistas históricas acumuladas pelos trabalhadores ao longo da história desde a CLT, além de um forte ataque contra a existência dos próprios

sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.

Depois disso, já no governo Bolsonaro, tivemos a uma “nova reforma” da Previdência, que aviltou ainda mais as aposentadorias e pensões de milhões de brasileiros.

Resultado: a maior precarização nas relações de trabalho de nossa história, que resultou, hoje, nos maiores índices de adoecimento laboral e número ainda muito preocupante de acidentes de trabalho.

Hoje, no debate em torno da escolha dos candidatos a presidente e ao Congresso Nacional, mais do que nunca, é necessário muita atenção na eleição de representantes que sejam capazes de recuperar os direitos trabalhistas, defender a ampliação das conquistas sociais e retomar o desenvolvimento econômico em outro patamar, permitindo a geração de empregos decentes e qualificados.

Ou seja, temos escolher o próximo presidente da República, senadores e deputados federais, principalmente, para que o país não retroceda, resgate as conquistas suprimidas e avance na direção de mudanças estruturais

Essa é a palavra da CONTRICOM aos nossos sindicatos e federações, bem como aos nossos trabalhadores: olhar a posição que os candidatos tiveram no passado nessas questões que afetaram seriamente a vida dos trabalhadores e agrediram a existência do próprio movimento sindical e apoiar os que têm compromisso com o resgate dos direitos sociais e trabalhistas, e um projeto de desenvolvimento social e econômico à altura da dimensão de um país como o Brasil.

Vamos às urnas com esse compromisso! Pelo Brasil e os brasileiros, e os nossos trabalhadores que constroem a riqueza desse grande país!

Reinaldim Barboza Pereira
Presidente da CONTRICOM



Lula defende crescimento e distribuição de renda contra arrocho fiscal

O presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a trajetória de crescimento da economia brasileira e o fortalecimento do mercado interno são os pilares centrais para garantir o equilíbrio das contas públicas sem penalizar a população de menor renda.

Em entrevista gravada no Palácio da Alvorada e transmitida pelo programa Canal Livre, da Band, sob o comando do apresentador Rodolfo Schneider e com perguntas dos jornalistas Adriana Araújo, Fernando Mitre e Eduardo Oinegue, Lula destacou a entrega de um orçamento com saldo positivo e ressaltou que a distribuição do resultado da atividade produtiva deve priorizar as camadas populares e os investimentos em infraestrutura e educação.

Durante a sabatina, o presidente relembrou o histórico de cumprimento das metas fiscais ao longo de seus mandatos e explicou que a consolidação dos indicadores econômicos atuais ocorre após um período de reconstrução do aparato estatal e de retomada industrial. Segundo o chefe do Executivo, a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) é a ferramenta sustentável para a redução da dívida pública em proporção à economia, o que permite manter o reajuste do salário mínimo acima da inflação e os aportes em programas estratégicos.

A recuperação da capacidade de investimento do Estado e o fomento ao parque produtivo nacional foram apontados como eixos centrais dessa estratégia.

O presidente citou o volume de recursos mobilizados pela Nova Indústria Brasil, direcionados para setores de alta tecnologia, **construção civil** e plantas farmoquímicas, além do papel do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na estruturação logística dos municípios.

Outro ponto enfatizado foi o impacto dos investimentos na educação técnica e superior como indutor do desenvolvimento de longo prazo. De acordo com o presidente, a ampliação da rede de Institutos Federais e das universidades garante competitividade tecnológica e reduz custos sociais futuros, servindo como base para a inovação e inclusão produtiva dos jovens.

Fonte: Portal Vermelho

Lula: “comigo não haverá arrocho de aposentados, que terão aumentos acima da inflação

Lula, em mensagem “aos que trabalharam duro a vida inteira e estão aposentados”, afirmou que em seu governo as aposentadorias e pensões seguirão tendo reajustes acima da inflação, e denunciou o arrocho imposto por Bolsonaro ao trabalhador, que ficou “sem aumento do salário mínimo, enquanto tudo subia de preço”.

“Eu sei o que vocês sofreram no governo passado, sem aumento de salário mínimo, enquanto tudo subia de preço, principalmente os alimentos. Agora, eles querem desvincular as aposentadorias e as pensões do salário mínimo”.

“Somente no meu governo é possível garantir que o salário mínimo vai ser reajustado acima da inflação todo ano para os aposentados e trabalhadores da ativa”.

Aliança contra assédio eleitoral no trabalho busca novos parceiros

Uma rede de empresas e instituições está se formando para levar a defesa da liberdade de voto também para dentro dos ambientes de trabalho. A Aliança pelo Voto Livre e Secreto já conta com organizações parceiras em diferentes regiões do Brasil e está aberta a novas adesões. Entre as adesões, estão veículos de comunicação, entidades de classe, instituições do terceiro setor e Sistema S.

A proposta é ampliar a participação de organizações comprometidas em combater o assédio eleitoral por meio da difusão da mensagem da campanha “No meu voto mando eu”. A iniciativa reforça que ninguém pode pressionar, ameaçar, constranger ou oferecer vantagens para interferir nas escolhas políticas de outra pessoa no ambiente de trabalho. A campanha é resultado de um acordo de cooperação firmado entre a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público do Trabalho.

Compromisso com a democracia - A adesão transforma empresas e instituições em multiplicadoras dessa mensagem. Ao integrar a Aliança, a organização assume publicamente o compromisso com a liberdade de escolha e passa a poder utilizar o selo oficial da campanha em suas ações de comunicação.

Sua organização também pode fazer parte - A Aliança está aberta a qualquer empresa, sindicato, universidade e outras instituições interessadas em demonstrar compromisso com a democracia e com o respeito à liberdade de escolha.

A adesão é feita por meio de formulário. As informações prestadas são utilizadas para o envio de materiais de divulgação. A organização também

passa a integrar a relação de apoiadores da iniciativa.

Além do selo da Aliança, a campanha disponibiliza cartazes, folders, adesivos, peças para redes sociais e outros conteúdos que podem ser utilizados para levar a mensagem a diferentes ambientes de trabalho.

Fonte: TST

MPT registra 463 denúncias em 2026

O Ministério Público do Trabalho contabilizou 463 denúncias de assédio eleitoral no ambiente profissional em 2026, com São Paulo liderando registros, somando 59 casos oficialmente.

Em seguida, Rio de Janeiro registrou 50 denúncias, enquanto Minas Gerais contabilizou 47. Somente em setembro, o MPT recebeu 199 relatos dessa prática ilegal oficialmente.

Segundo o MPT, assédio eleitoral ocorre quando alguém usa relações de trabalho para influenciar ou constranger orientação política, manifestação eleitoral ou voto dos trabalhadores diretamente.

Além disso, a prática pode envolver ameaças, promessas de benefícios, discriminação ou cobrança de apoio político, inclusive por e-mails, intranets e outros ambientes profissionais virtuais.

Saiba identificar e denunciar - Entre as situações investigadas estão exigência de símbolos eleitorais, reuniões para orientação política, convocação para campanhas, pesquisas sobre intenção de voto e escalas direcionadas indevidamente.

Qualquer pessoa pode denunciar ao MPT e apresentar mensagens, e-mails, publicações, documentos, imagens, áudios, vídeos, registros internos e informações fornecidas por eventuais testemunhas.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Voto valerá como Prova de Vida automática no INSS

INSS cruza informações com bases públicas para confirmar que o beneficiário está vivo, sem exigir procedimento presencial.

O comparecimento às urnas será utilizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como comprovação de vida de aposentados, pensionistas e beneficiários de programas assistenciais.

A Prova de Vida é uma verificação realizada periodicamente para confirmar que o titular do benefício está vivo e, assim, garantir a continuidade dos pagamentos. Atualmente, o procedimento alcança cerca de 40 milhões de beneficiários ativos.

Nos últimos anos, o processo passou por mudanças para reduzir filas, custos e transtornos provocados pelo antigo modelo presencial, especialmente para idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

A partir da Lei 13.846/2019 e de regulamentações posteriores, o comparecimento presencial deixou de ser a principal forma de comprovação.

Entre os registros que podem ser utilizados está a votação nas eleições. A Portaria INSS 1.408/2022 inclui a votação entre os eventos que podem ser considerados para a comprovação de vida.

Dessa forma, quando o beneficiário comparece às urnas, o registro é recebido pelo INSS e computado como Prova de Vida, sem a necessidade de uma ação específica do segurado para essa finalidade.

Cruzamento de dados - Para quem não comparecer às urnas, a ausência do registro eleitoral não significa, por si só, que será necessário fazer

**Votar vale como
PROVA DE VIDA
automática
no INSS!**



uma Prova de Vida presencial. A falta de comparecimento às urnas também não provoca o bloqueio do benefício. O INSS continua buscando outras informações em bases governamentais que possam comprovar que o beneficiário está vivo.

O sistema considera diferentes registros, como emissão de documentos, movimentações em bases públicas e atendimentos realizados.

A base de dados da Justiça Eleitoral já teve participação relevante nesse processo. Em 2024, foram identificados eventos eleitorais relacionados a 20.957.288 beneficiários, que contribuíram para a atualização de aproximadamente 5 milhões de Provas de Vida.

Fonte: Congresso em Foco

Câmara dos Deputados pode ter nova correlação de forças em 2027

**Projeção do DIAP aponta mudanças entre
as maiores bancadas e renovação de 39%
a 43% após as eleições**

As eleições de 2026 poderão alterar a distribuição de forças na Câmara dos Deputados, mas sem romper completamente com a configuração atual da Casa. Projeção do DIAP para a próxima legislatura indica mudanças no tamanho das principais bancadas e, ao mesmo tempo, um nível de renovação inferior à média histórica. O levantamento compara a composição eleita em 2022, o quadro atual e as faixas estimadas para 2027.

Hoje, PL e PP/União dividem a posição de maiores bancadas, com 98 deputados cada, enquanto PT/PCdoB/PV reúne 82 parlamentares. Esse equilíbrio, no entanto, pode mudar após as urnas. Pelo ponto médio das projeções, PP/União passaria a 107 cadeiras, enquanto o PL ficaria com 91 e PT/PCdoB/PV alcançaria 87.

A distância entre esses grupos, porém, não está definida. As estimativas trabalham com intervalos que se sobrepõem: PP/União pode eleger entre 93 e 121 deputados; PL, entre 78 e 103; e PT/PCdoB/PV, entre 74 e 100. Isso significa que a configuração final das maiores bancadas permanece aberta e dependerá do resultado eleitoral em cada estado.

As mudanças também aparecem entre as bancadas intermediárias. PSD e Republicanos apresentam perspectiva de crescimento, com médias projetadas de 52 e 48 cadeiras.



Em sentido contrário, o MDB passaria das atuais 38 para uma média de 35 deputados, enquanto PSDB/Cidadania cairia de 19 para 13. O Podemos permaneceria próximo do patamar atual, com 27 cadeiras.

Esse possível rearranjo ocorrerá em uma eleição marcada pela forte presença de parlamentares que tentam permanecer na Câmara. Dos 513 deputados, 438 — 85,4% da Casa — disputam a reeleição. A estimativa é de que entre 297 e 315 consigam novo mandato, abrindo espaço para a entrada de 198 a 216 novos deputados.

Com isso, a renovação projetada fica entre 39% e 43%, abaixo da média de 49% observada desde 1990. O cenário combina, portanto, continuidade de parcela expressiva dos atuais deputados com mudanças na dimensão das bancadas — movimento que ajudará a definir a correlação de forças e a formação das maiorias políticas na Câmara a partir de 2027.

O prognóstico considera pesquisas de intenção de voto, recandidaturas, movimentações partidárias, histórico eleitoral, alianças estaduais, estrutura das campanhas e estratégias das legendas. O DIAP ressalta que os números constituem um exercício de projeção, e não pesquisa eleitoral ou indicação de voto, razão pela qual os resultados são apresentados em faixas e podem mudar até a eleição.

Brasil tem recorde de de ocupados e menor desemprego da história

O Brasil fechou o ano de 2025 com 103 milhões de trabalhadores empregados, o maior índice de ocupação desde o início da série em 2012, enquanto o número de desocupados caiu para 6,1 milhões, também o menor da história.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua – Características Adicionais do Mercado de Trabalho, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2025, o nível de ocupação ficou estimado em 59,1%. A proporção se dá após a população ocupada atingir sua maior estimativa, com 103 milhões de pessoas, um crescimento de 1,7% em relação a 2024.

Além disso, a população em idade para trabalhar aumentou 0,8%, com 174,1 milhões de pessoas.

A formalização no mercado de trabalho teve o maior contingente de trabalhadores, com 38,9 milhões, em 2025, o maior da série. No entanto, o percentual foi de 37,8%, ainda abaixo de 2014, quando foi de 40,2%.

O mesmo levantamento aponta um avanço considerável das mulheres no mercado de trabalho. São 44,8 milhões ocupadas, o equivalente a 43,5% da população.

Segundo o IBGE, desde 2012, a ocupação entre as mulheres cresceu 20,5%, com a incorporação de 7,6 milhões de trabalhadoras. Naquele ano, o número de mulheres ocupadas era de 37,2 milhões.

Os homens somaram 58,2 milhões, ou 56,5% do total. Entre eles, a alta foi de 11,7%, com aumento de 6,1 milhões de ocupados.

Nesse período, o IBGE diz que 4,9 milhões de trabalhadores ocuparam postos nas áreas de administração pública, defesa, educação e saúde e serviços sociais. Mais 3,8 milhões nos setores de comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

A conclusão é que tem mais gente trabalhando no Brasil do que em qualquer outro momento da série histórica do IBGE.

Fonte: Portal Vermelho

País dribla tarifaço de Trump, exportações crescem e saldo comercial dispara

O comércio exterior brasileiro mantém trajetória de crescimento em 2026, apesar do tarifaço imposto pelo governo de Trump. De janeiro até setembro, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 281,34 bilhões, alta de 11,5% em comparação com o mesmo período de 2025. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);

O desempenho das exportações superou com folga o crescimento das compras brasileiras no exterior. As importações somaram US\$ 219,57 bilhões no acumulado do ano, expansão de 6% na comparação com igual intervalo de 2025.

Como resultado, o superávit da balança comercial brasileira chegou a US\$ 61,77 bilhões, crescimento expressivo de 36,3%. Ou seja, o país ampliou significativamente a diferença entre o que vende e o que compra do exterior.

A corrente de comércio — soma das exportações e importações — alcançou US\$ 500,92 bilhões, expansão de 9% sobre o mesmo período do ano passado.

Nova cartilha da JT traz alertas sobre saúde mental e riscos psicossociais nos ambientes de trabalho

A Justiça do Trabalho lançou a cartilha Saúde Mental no Trabalho, como parte da campanha institucional “Sua saúde é a fronteira que o trabalho não pode atravessar”. A iniciativa foi desenvolvida por meio de uma parceria entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a Universidade de Brasília (UnB). A publicação reúne orientações para prevenção de riscos psicossociais, com informações sobre situações que podem afetar o bem-estar dos trabalhadores e medidas para promover ambientes saudáveis.

O material apresenta os principais pontos da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que estabelece a necessidade de identificação e gerenciamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Nesta perspectiva, a saúde mental está associada à qualidade de vida, à segurança, às relações profissionais e à capacidade de tomada de decisões.

Sinais de alerta - Entre os fatores que podem contribuir para o sofrimento relacionado ao trabalho estão o excesso ou a ausência de demandas, jornadas prolongadas, dificuldades nas relações profissionais, falhas na organização das atividades, falta de reconhecimento e isolamento. A presença desses fatores não significa, necessariamente, o desenvolvimento de um transtorno, mas indica a importância de avaliar o ambiente e adotar medidas preventivas.

A cartilha também aborda a síndrome de *burnout*, um distúrbio de esgotamento físico e mental provocado pelo estresse crônico associado ao trabalho.



Outro tema é o direito à desconexão. A publicação orienta sobre a importância de respeitar períodos de descanso, como intervalos, férias e folgas. O direito à desconexão é apresentado como uma medida de preservação da qualidade do trabalho.

Fonte: TST

Mendonça volta a suspender multas sobre saúde mental no trabalho

O ministro André Mendonça, do STF, voltou a suspender por mais 90 dias a aplicação de multas e outras punições previstas na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata da segurança dos trabalhadores formais, sobretudo em relação à saúde mental.

O ministro decidiu dar mais tempo para que as empresas e o governo busquem conciliação sobre o tema. Mendonça já havia suspenso a aplicação de multas em junho, após a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), entidade que reúne sindicatos patronais, questionar a validade da norma.

Na ocasião, Mendonça entendeu que a NR-1 criou "conceitos abertos e subjetivos" sobre as condutas que podem levar à punição das empresas. O ministro citou ainda que a "falta de clareza" pode ofender diversos princípios constitucionais.

Fonte: Agência Brasil

TST reconhece atuação sindical até em ações de um trabalhador

O Pleno do TST decidiu que os sindicatos podem defender direitos dos integrantes da categoria que representam em todas as etapas do processo — do julgamento à liquidação e execução — mesmo quando a ação envolve apenas 1 trabalhador. A tese, aprovada em julgamento de recurso repetitivo — processo escolhido para representar vários outros que discutem a mesma questão jurídica no STJ —, deverá orientar as decisões da Justiça do Trabalho em todas as instâncias.

Pelo entendimento, a necessidade de identificar os beneficiários ou calcular individualmente os valores devidos não impede a atuação sindical. A decisão foi tomada no julgamento do Tema 27, a partir de ação movida pelo Sindicato dos Bancários de Apucarana (PR) e Região contra o Itaú Unibanco.

CASO CONCRETO - O processo trata de empregado que reivindicou o cumprimento de regras de progressão funcional previstas em norma do antigo Banestado (Banco do Estado do Paraná), sucedido pelo Itaú. O sindicato pediu reajustes salariais e promoções automáticas por antiguidade e mérito, no mínimo a cada 3 anos.

A Vara do Trabalho extinguiu a ação sem analisar o mérito, por entender que as condições específicas do empregado deveriam ser examinadas em processo individual. O TRT-9 (Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região), no Paraná, manteve a decisão.

O caso chegou à Sétima Turma do TST, que propôs a instauração de incidente de recursos repetitivos para definir os limites da atuação

sindical. A SDI-1 acolheu a proposta e encaminhou o tema ao Pleno.

Direito de representação - Relator do incidente, o ministro Alberto Bastos Balazeiro afirmou que a Constituição assegura aos sindicatos ampla legitimidade para defender direitos e interesses da categoria, inclusive os individuais.

Ele também citou o entendimento do Supremo Tribunal Federal no Tema 823, que reconhece a possibilidade de atuação sindical nas fases de liquidação e execução, sem autorização individual dos trabalhadores.

Para Balazeiro, a decisão do STF fortaleceu os mecanismos de proteção dos direitos sociais e individuais dos trabalhadores e não permite restringir a representação sindical em razão da necessidade de apuração individual dos direitos.

O ministro ressaltou que a identificação dos beneficiários e a quantificação dos valores podem ser feitas posteriormente, nas fases de liquidação e execução. Segundo ele, privilegiar a solução coletiva evita que centenas ou milhares de trabalhadores precisem abrir ações individuais após o reconhecimento de direito comum.

A tese vinculante estabelece que as entidades sindicais têm “ampla e irrestrita legitimidade extraordinária” para defender interesses individuais ou coletivos da categoria, independentemente de autorização, em favor de associados e não associados, de grupos ou de 1 único trabalhador, nas fases de conhecimento, liquidação e execução.

Também determina que questões particulares — como a inclusão de um trabalhador no grupo beneficiado ou o cálculo dos valores devidos — não impedem o processamento de ações coletivas ou execuções propostas por sindicatos.

Fonte: Diap



Delegação sindical brasileira amplia intercâmbio na China

Uma delegação sindical participou, entre 20 e 29 de setembro, de intercâmbio em Shanghai, na China, envolvendo indústria, tecnologia, qualificação profissional e relações sindicais. A missão reúne representantes do Conselho Nacional do SENAI e das centrais Força Sindical, CUT, UGT e NCST, fortalecendo intercâmbios científicos, tecnológicos, sindicais e culturais.

Além disso, a agenda ocorre durante a WorldSkills Shanghai 2026, competição internacional que reúne jovens profissionais e apresenta tendências relacionadas à educação profissional e novas tecnologias.

Nesse contexto, os sindicalistas acompanham experiências envolvendo formação profissional, inovação e desenvolvimento industrial, temas diretamente relacionados às transformações tecnológicas e seus impactos sobre trabalhadores.

Encontro com Dilma Rousseff - A delegação se reuniu com Dilma Rousseff, presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, durante o cumprimento da programação oficial em Shanghai.

O encontro ampliou o diálogo institucional durante a missão, que busca aproximar representantes dos trabalhadores brasileiros de experiências internacionais relacionadas ao desenvolvimento econômico, industrial e social.

Além disso, no dia 25 de setembro, a delegação será recebida oficialmente pela Federação dos Sindicatos de Shanghai, entidade vinculada à central sindical chinesa ACFTU.

A visita deverá ampliar o intercâmbio sobre organização sindical, qualificação profissional, relações de trabalho e mudanças tecnológicas provocadas pelas transformações atualmente observadas na indústria mundial.

A missão também fortalece relações internacionais entre organizações sindicais, permitindo trocar experiências sobre desafios enfrentados pelos trabalhadores diante das mudanças econômicas, produtivas e tecnológicas no mundo.

Fonte: Rádio Peão Brasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO